

22 DEZ 1988

A água no DF

Augusto Carvalho

JORNAL DE BRASILIA

A água é um dos elementos vitais aos seres vivos. Um homem pode viver sem alimento alguns dias, porém, sem água só sobreviverá algumas horas. O homem sempre procurou habitats junto aos recursos hídricos para saciar a sede e também para seu transporte, movimentando-se para expandir sua cultura e dominar mais as regiões inculcas.

Uma pessoa em atividade moderada necessita cerca de 2,5 litros/dia de água para sua subsistência. A quantidade, embora seja pouca, é vital para o organismo, pois é fundamental na proteção do embrião antes do nascimento, na manutenção da temperatura, no processo respiratório, na digestão, no processamento das glândulas, enfim, em todo o mecanismo de funcionamento do organismo humano. Os alimentos produzidos pelo solo dependem da água. Também os animais, peixes e vegetais nela residem ou dela dependem.

Quando a comissão presidida por Luís Cruls esteve no Planalto Central para definir o sítio da capital federal, como determinava a Constituição de 1892, escolheu a região que hoje habitamos, principalmente pela disponibilidade da água. A comissão acampou à beira da lagoa Mestre D'Armas (Lagoa Bonita), que no início do século tinha quatro quilômetros quadrados, hoje reduzido a pouco mais de 1,5 quilômetro quadrado pela ação predadora do homem.

Mais uma vez, em 1956, quando da definição da construção de Brasília, foi bastante decisivo o fato da abundância de água nesta região do Planalto Central.

Uma questão importante de termos em mente é que menos de 3 por cento da água potável disponível no nosso planeta provém de cursos superficiais, e 97 por cento encontram-se no subsolo, o equivalente a 10 quatrilhões de metros cúbicos. Nesse sentido, foi fundamental a definição da Constituinte em considerar as águas subterrâneas como um bem dos Estados. Até 5 de outubro de 1988, a água do subsolo não era considerada um bem da União e seu uso era aleatório. É bastante característico o ocorrido aqui no Entorno, na região do Pedregal. A abertura de vários poços sem critérios e avaliação levou a que muitos deles secassem, gerando um grande problema no abastecimento de água.

Com a nova Carta Magna, essa situação vai ser corrigida e das emendas que apresentei essa foi uma das que me deu mais satisfação ao ser aprovada. Agora, o Estado poderá normatizar, controlar, fiscalizar e até cobrar o uso das águas dos subsolos. Atualmente, com a necessidade de usos múltiplos para os recursos hídricos, com o abastecimento doméstico, agricultura e lazer disputando os limitados recursos de águas superficiais, a busca do subsolo se faz necessária. Em vez do transporte horizontal da água até os aglomerados humanos, começamos a era do transporte vertical. Isso possibilitará a redução de distâncias e o aumento da confiabilidade do sistema, além da melhoria da qualidade da água, pois o uso indiscrimi-

nado e predador dos espaços terrestres tem feito com que poucos cursos superficiais continuem despoluídos.

Aqui em Brasília, a situação atual é bastante grave. Quatro ações necessitam ser adotadas urgentemente para equacionar o abastecimento de água, que poderá entrar em colapso se medidas preventivas não forem tomadas. Duas delas são muito importantes.

A primeira, é o início imediato das obras de duplicação do sistema Descoberto e a sua preservação ambiental. Embora emergencial, setores do Governo falharam no encaminhamento da questão. Tivemos oportunidade de apresentar emenda ao orçamento da União, tentando alocar recursos para a obra, já que, no orçamento do DF, os valores rubricados são insuficientes e foram, aliás, reduzidos pelo relator da matéria. Há um indício, portanto, de que possam estar sendo mal administrados, porque se o orçamento que tais recursos se materializam para viabilizar esta ou aquela obra. Como não foi possível convencer os parlamentares, é necessário agora uma grande dependência dos órgãos financeiros federais e internacionais para a realização das obras. Um esforço concentrado e coordenado entre a bancada do Distrito Federal no Congresso e o Governo é necessário. O executivo deve convidar os parlamentares do Distrito Federal para discutirem as medidas necessárias para a solução do problema. Sirva-nos de exemplo a questão do endividamento da cidade do Rio de Janeiro, que só foi equacionado com a participação de parlamentares de vários partidos, numa ação integrada com o Executivo. A questão da água é uma exemplar oportunidade para a integração bancada parlamentar-Governo.

Como a solução do Descoberto só viabilizará água para os próximos cinco a seis anos — para uma população de até 2.400.000 habitantes — é fundamental equacionar o abastecimento de água de Brasília para o ano 2000.

Essa é a segunda ação urgente a ser tomada. Setores do Governo têm sugerido insistentemente o Rio São Bartolomeu como solução futura para Brasília. Juntamente com outros setores defendemos o Rio Areias como a melhor solução para o abastecimento futuro da região. O Rio São Bartolomeu, ao longo de seu curso, é receptor de todo o esgoto do Plano Piloto, Lago Norte, Lago Sul, Guarará, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Planaltina, Sobradinho e de vários núcleos rurais. Agora que os jornais trazem notícias de que não há recursos para conduzir os esgotos do Lago Norte e Sul para as estações em construção, como será resolvido o problema dos outros esgotos? O Governo atual sentiu a reação da população da Vila Paranoá, que, embora sem ter água nas suas residências, prefere aguardar mais um pouco a ter que beber água do Lago Paranoá, mesmo que tratada. Por que preferir água de esgoto tratada ao invés de água em ótimas condições de preservação como a do Areias? A água de esgoto, para ser potável, tem que receber um tratamento

químico que se acabe com germes, mas que também acaba com vários minerais fundamentais ao organismo humano. Se ela estiver contaminada por agrotóxicos, não há tecnologia disponível para o seu tratamento, que é o caso em alguns lugares no rio São Bartolomeu. Uma água de pior procedência acaba levando a um aumento na demanda de serviços médicos e hospitalares.

Quem tem maior chance de ficar doente? Quem bebe água de bons mananciais, ou quem se abastece de água de esgoto reciclada? Essa solução só deve ser tomada na ausência das outras alternativas, o que não é o nosso caso.

A Bacia do Rio Areias, incluindo os rios Ponte Alta e Macacos, está em excelente estado de preservação. Está numa região agropastoril, pouco habitada e não utilizada em agricultura intensiva ou de ciclo curto. Outra vantagem do Rio Areias é que ele fica mais próximo do eixo de adensamento de Brasília, ou seja, Taguatinga, Ceilândia, Gama e Luziânia.

A situação fundiária na Bacia do São Bartolomeu é bastante complexa. O Governo do Distrito Federal, em 1982, retirou da Justiça as ações de desapropriação da área, validando as invasões de vários loteamentos irregulares. A questão fundiária, se priorizada, demandará vários anos para ter equacionamento, independente de vultosos recursos financeiros necessários à desapropriação. O caso do São Bartolomeu requer um inquérito policial para agurar irregularidades nos desmandos cometidos na região, principalmente quando se sabe que as principais decisões para retirar os processos de desapropriação da Justiça foram tomadas em reuniões dentro do Palácio do Planalto, presididas pelo então chefe da Casa Militar, general Danilo Venturini. O general foi o primeiro beneficiário das vantagens das mudanças de orientação do Governo de então, ocupando uma vasta área pública.

Também nessa segunda ação são necessários esforços conjuntos da bancada e Governo para o seu encaminhamento.

Duas ações complementares seriam a reativação de vários pequenos mananciais, hoje em desuso, como o córrego Vicente Pires, e a utilização de águas subterrâneas. A reativação de pequenos mananciais fará parte da educação ambiental do nosso povo e será importante em épocas de crise.

Quanto à água subterrânea, é urgente o início do mapeamento dos lençóis existentes no DF, suas vazões e potencialidades de uso, pois podem ser grandes auxiliares em ações localizadas e complementadas.

Sem ações integradas o que será observado é aquele processo anual das ameaças de falta de água como instrumento para conseguir recursos. Na democracia passamos da fase das ameaças para as negociações. A democracia precisa ser estendida à administração dos problemas de água no Distrito Federal.

□ Augusto Carvalho é deputado federal (PCB-DF)